

**AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX**

Processo nº XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX, devidamente qualificado nos autos da ação penal que lhe move o Ministério Público, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no artigo 403 §3º do Código de Processo Penal, apresentar:

ALEGAÇÕES FINAIS

fazendo-o nos seguintes termos:

I - DOS FATOS

O Ministério Público ofereceu denúncia (ID n. XXXXX) em desfavor do réu em razão da prática do delito previsto no artigo 24-A c/c o artigo 5º, inciso III, e artigo 7º, inciso II, todos da Lei 11.340/06.

Consta da peça acusatória que *“entre os dias 15 de abril de 2019 e 27 de maio de 2019, XXXXXXXX, consciente e voluntariamente, DESOBEDECEU a ordem legal, consistente em ordem*

judicial (...) que o proíbe de se aproximar e de manter contato com a ex-namorada, XXXXXXXXXX”.

Houve o recebimento da denúncia (ID n. XXXXXXXXX). A Defesa apresentou resposta à acusação no ID n. XXXXXXXX.

Em audiência de instrução e julgamento, realizada no dia 02 de Agosto de 2019 (ID n. XXXXX), foi ouvida a vítima, as testemunhas e posteriormente procedeu-se ao interrogatório do réu.

Aberto o prazo para a apresentação de alegações finais em memoriais, o Ministério Público requereu a procedência da pretensão punitiva do Estado (ID n. XXXX), com a consequente condenação do réu.

Por fim, vieram os autos a esta Defensoria Pública para oferecimento das alegações finais.

É o breve relatório.

II - MATERIALIDADE E AUTORIA

No caso em tela, é forçoso reconhecer a materialidade e a autoria do crime imputado, conforme as provas dos autos, especialmente pela prova oral colhida em audiência e pela confissão do acusado (ID nºs XXXXXXXX).

Nesse sentido, ao ser questionado em juízo sobre o descumprimento das Medidas Protetivas de Urgência deferidas em favor da vítima, o réu apresentou a seguinte afirmativa:

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Sendo assim, requer a Defesa Técnica a fixação da pena no mínimo legal, com o reconhecimento da circunstância atenuante do **artigo 65, inciso III, d, do Código Penal Brasileiro**, bem como a fixação do regime mais benéfico para o cumprimento da reprimenda, conforme razões a seguir aduzidas.

III - DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Após análise dos elementos empíricos descritos nos autos, é recomendável a aplicação da pena-base no mínimo patamar previsto em lei. Com efeito, a individualização judicial da pena mostra-se justa, adequada e idônea quando se revela necessária para a prevenção e reprovação do delito.

Nesse sentido, ao se proceder à análise das circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do estatuto penal, deve-se sempre considerar que as circunstâncias são inconfundíveis com as elementares do tipo ou elementos essenciais constitutivos do delito. Assim, não podem ser considerados como aptos para aumentar a pena do acusado dados, fatos, elementos ou condições que integram a figura típica em que restou incurso o acusado, por violação às próprias características ontológicas e funcionais do que chamamos circunstâncias.

Para a avaliação da culpabilidade, deve-se aferir a intensidade da reprovação da conduta do agente, concretamente considerada, ou seja, devem ser indicadas as circunstâncias fáticas concretas levadas em conta. É insuficiente a mera alusão à imputabilidade, à exigibilidade de conduta diversa ou ao conhecimento potencial da ilicitude, aspectos que já foram analisados ao se considerar culpável o agente, para o fim de caracterização do crime ou como pressuposto de aplicação da pena.

Na análise dos antecedentes do agente, é defeso considerar inquéritos policiais ou ações penais em curso sem trânsito em julgado, instaurados em desfavor do agente, sob pena de violação ao princípio constitucional da não-culpabilidade (STJ, HC nº 42.667/MG, Rel. Min. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ de 01.07.2005). É que, segundo magistério jurisprudencial, *"viola o princípio constitucional da presunção da inocência (art. 5º, inciso LVII, da CF) a consideração, à conta de maus antecedentes, de inquéritos e processos em andamento para a exacerbação da pena-base e do regime prisional"* (STJ, REsp nº 675.463/RS, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ de 13.12.2004), sendo vários os precedentes do Superior Tribunal de Justiça afirmando, ultimamente, que, *"por maus antecedentes criminais, em virtude do que dispõe o*

artigo 5º, inciso LVII, da Constituição de República, deve-se entender a condenação transitada em julgado, excluída aquela que configura reincidência (art. 64, I, CP), excluindo-se processo criminal em curso e indiciamento em inquérito policial" (STJ, HC nº 31.693/MS, Rel. Min. PAULO MEDINA, QUINTA TURMA, DJ de 06.12.2004).

A conduta social do agente é o seu comportamento no meio social, revelador de desajustes interpessoais ou méritos altruístas. A personalidade do réu é a síntese das suas características ético-sociais. A análise dessas duas circunstâncias pressupõe elementos que não estão absolutamente disponíveis para um exame imparcial e científico da circunstância, como sói ocorrer em um processo criminal sob o império do sistema acusatório de persecução criminal, em que o ônus da comprovação das alegações em desfavor do acusado compete integralmente ao Ministério Público.

Os motivos do crime são a fonte propulsora da vontade criminosa. As circunstâncias do crime são os meios utilizados, o modo de execução, tempo e lugar de execução da empreitada criminosa. E, finalmente, as consequências do crime são valoradas consoante a sua danosidade em desfavor da(s) vítima(s). Na análise dessas três circunstâncias, deve-se sempre desprezar todas aquelas que estejam previstas como ínsitas ao comportamento descrito no próprio tipo penal praticado ou nas circunstâncias legais.

No caso em tela, **o acusado confessou a prática delitiva**. Ademais, o motivo pelo qual cometeu o delito em questão não conduz a uma valoração negativa desta circunstância judicial.

Nesse contexto, tendo em vista serem as condições judiciais favoráveis, faz jus o acusado à imposição da **pena no mínimo legal, com a fixação do regime mais benéfico para o cumprimento da pena**.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pela **aplicação da pena no mínimo legal**, reconhecendo-se a **atenuante**

genérica da confissão espontânea, bem como pela imposição do regime mais benéfico para o cumprimento da pena.

Termos em que pede deferimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
DEFENSOR PÚBLICO